

# “O DESAFIO EDUCACIONAL” DE FLORESTAN FERNANDES<sup>1</sup>

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020, 383p.

Gaudêncio Frigotto<sup>2</sup>

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extraescolar que recebi através das duras lições da vida. (...) ainda que isso pareça pouco ortodoxo e anti-intelectualista, afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto.”

(FERNANDES, 1994, p. 1)

Esta epígrafe, retirada de depoimento de Florestan Fernandes, nos oferece a senha para entender a postura inseparável entre o militante e o intelectual que se expressa no conjunto de sua obra, na sua atuação política, na defesa da educação e da escola pública. Uma unidade diversa que Florestan Fernandes pautou de forma singular e exemplar ao longo da vida. Diversa porque a ação do militante e do pesquisador cientista são práticas sociais indissociáveis, mas não idênticas como ele enfatiza em vários textos desta coletânea. Deste modo, a sociologia, que aprendeu muito novo na luta

---

<sup>1</sup> O presente texto foi publicado como apresentação do livro “O desafio educacional”, publicado pela Editora Expressão Popular em comemoração ao centenário de Florestan Fernandes, em 2020.

<sup>2</sup> Professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor Titular em Economia Política da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil. E-mail: [gfrigotto@globocom](mailto:gfrigotto@globocom).

pela sobrevivência — inicialmente atuou como ajudante de barbeiro, depois engraxate, copeiro etc. —, no processo de sua superação, implicou a aprendizagem sistemática, a disciplina intelectual e o rigor na produção do conhecimento que transcende o senso comum, condição fundamental para orientar e dar potência à militância política.

O livro *O desafio educacional*, em suas duas partes, reúne um conjunto de 37 pequenos artigos, nos quais analisa os acontecimentos em curso no processo de “redemocratização” pós-ditadura empresarial militar de 1964. Ele mesmo qualifica a natureza dos textos: “Artigos de jornal ou de revista, textos de conferências, entrevistas e ensaios revelam o publicista que se empenha em debates ou em pugnas que clamam por uma revolução educacional”. Nesse conjunto de textos, de tempos e temas diversos, mas todos ligados à educação, especialmente básica, destacam-se alguns pontos que claramente se afirmam dentro de bases teóricas e políticas construídas no diálogo com a herança de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci, principalmente. Um marxismo radical, porque vai à raiz da historicidade dos fatos e fenômenos humanos e porque vinculado à luta pelo socialismo. Daí sua clareza de postura: “Não sou só um marxista, sou um marxista que acha que a solução para os problemas dos países capitalistas está na revolução”.

O primeiro aspecto que se mantém no conjunto dos textos é a relação entre o conjuntural e o estrutural. Ou seja, a historicidade que revela os nexos necessários do tempo presente com as relações sociais dominantes no passado imediato, mediato ou remoto e as perspectivas a serem disputadas na construção do futuro. E nestes nexos, do mesmo modo, explicita-se a relação entre a estrutura e a superestrutura dentro dos dois princípios indicados por Karl Marx no prefácio do livro *Contribuição à crítica da economia política* de que:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio desta sociedade (MARX, 1983, p. 25).

É sob esta base que se movem as suas análises sobre a sociedade brasileira, os intelectuais, a ação política e o papel da educação, da escola pública e da universidade pública, financiamento, greves, legislação etc. Na sua apreensão das relações entre sociedade e política e sociedade e educação não dá margem ao voluntarismo ou idealismo. A mudança social e da educação são para ele indissociáveis e resultam da ação política da e na luta de classe. Na leitura desta relação situa o papel do intelectual:

Mas de nada adiantaria uma retórica ultrarradical de condenação e de expiação: o intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo e explicá-lo, como ponto de partida para sua alteração real” (FERNANDES, 1980, p. 241).

Ajudar a compreender e explicar “o desafio educacional” são algumas das suas contribuições permanentes, como ele mesmo confessa no primeiro texto da coletânea: “nunca voltei às costas aos dilemas educacionais brasileiros, dos mais simples e específicos aos mais complexos e gerais” (FERNANDES, 2020, p. 26). Mas onde se situa a materialidade que nos permite explicar a reiteração, sob formas diversas ao longo de nossa história, *do desafio educacional*?

Entre a vasta obra de Florestan Fernandes, há três delas, escritas no período da ditadura empresarial militar, em que encontramos a base material das relações sociais de produção da existência na sociedade brasileira que barram aos filhos e filhas da classe trabalhadora o acesso ao conhecimento científico no que a escola pública, gratuita, universal e laica é condição necessária: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, publicado em 1968; *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, publicado em 1973; *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociologia*, publicado em 1975.

Destaco estas três obras porque elas demarcam a síntese de uma construção analítica original das sociedades de classe na periferia do sistema capitalista mundial, em particular, da sociedade brasileira. Também porque, concomitantemente, é o período que o conduz a atuação mais incisiva como intelectual militante na defesa da democracia e do socialismo no contexto da ditadura empresarial militar, posteriormente, como deputado federal.

No plano da construção analítica, os conceitos de subdesenvolvimento e de capitalismo dependente, ao mesmo tempo que incorporam as determinações históricas de nossa sociedade, marcada por longo processo de colonização e regime escravocrata, nos fornecem a compreensão da forma pela qual nos inserimos no sistema capitalista mundial. Conceitos estes que ganham materialidade histórica na sua obra clássica, *A revolução burguesa no Brasil*. Nesta obra se explicita que a classe burguesa brasileira, diferente das burguesias clássicas que buscaram construir nações autônomas, optou por um projeto societário heteronômico associando-se, de forma subordinada, aos centros hegemônicos do sistema capitalista mundial.

Um processo histórico, portanto, em que, desde a abolição formal da escravidão e da Proclamação da Independência até a generalização da forma capitalista de relação social, os avanços se definem por uma modernização conservadora. Nos termos de Florestan: “uma evolução histórica em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou e nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’. Daí se originou um paralelismo econômico estrutural, tão orgânico e profundo quão persistente” (FLORESTAN, 1975, pp. 80-81).

Assim, o dinamismo das transformações capitalistas que se efetivam mantém uma estrutura social na qual uma minoria concentra a riqueza e a propriedade dos meios e instrumentos de produção, criando uma das sociedades mais desiguais do mundo. Ao contrário das análises correntes que culpam os setores atrasados da sociedade, marcados pelo trabalho informal, baixa escolaridade, portadores de valores tradicionais etc., pela dificuldade de nos tornarmos uma sociedade moderna, desenvolvida e de primeiro mundo, Florestan mostra que pela opção da burguesia de um projeto social de capitalismo dependente, há uma imbricação necessária e iníqua entre o moderno e atrasado. Ou seja, traduzindo nos termos de Francisco de Oliveira que compartilha desta análise, trata-se de um projeto de sociedade que produz a miséria, a desigualdade e se alimenta delas.

No plano político, essa estrutura social desigualitária se mantém por um poder autocrático da classe burguesa brasileira e, portanto, avesso à democracia real e a um efetivo processo revolucionário que tem como

condição necessária, ainda que não suficiente, o acesso universal ao patrimônio científico e cultural. Acesso este que, por sua vez, demanda como passo elementar reformas estruturais dentro da ordem burguesa, mas contra esta ordem. Dentre elas, sublinho a reforma agrária, pois ela expressa a forma mais perversa e injusta de concentração de propriedade privada da terra responsável pela proliferação de favelas nos grandes e médios centros urbanos e de milhares de famílias de camponeses vivendo em acampamentos. Um poder político, pois, contrarrevolucionário que barra as lutas revolucionárias proletárias ao longo de nossa história, como expõe no livro *O que é revolução* (FERNANDES, 1981). A dominação burguesa contrarrevolucionária dá-se mediante ditaduras ou golpes institucionais que visam à manutenção dos privilégios de poucos. Cada golpe ou ditadura é um retrocesso no direito à educação.

Assim, o dilema e o desafio educacional situam-se no mesmo movimento das indecisões do processo revolucionário na sociedade brasileira, cujo sujeito histórico é o povo, a classe trabalhadora. Neste particular, ao fazer o balanço de sua geração sem cunho moral ou de lamentação, mas mediante análise sociológica e política rigorosa, sinaliza com clareza qual foi seu erro.

Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro — o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida (FLORESTAN, 1980, p. 245).

Aqui Florestan estabelece uma superação da tese de que o processo da construção da revolução socialista implicava como passo necessário uma aliança com a burguesia nacional para derrotar o imperialismo. Isto pelo simples fato de que nunca tivemos uma burguesia nacional, mas sim uma burguesia associada ao poder imperialista. Na particularidade de nossa sociedade, a tarefa da revolução democrática e socialista cabe à classe trabalhadora, mas o intelectual militante tem um papel importante.

A causa principal consiste em ficar rente à maioria e às suas necessidades econômicas, culturais e políticas: pôr o povo no centro da história, como mola mestra da Nação. O que devemos fazer não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas são de outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para

que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria (FERNANDES, 1980, p. 246).

Mas, pela própria experiência de classe, o autor sabia que a democratização da sociedade, mesmo nos limites de uma sociedade capitalista, e mais incisivamente a revolução socialista, não se faz com a maioria da classe trabalhadora sem acesso ao conhecimento científico e cultural. Daí a importância central que deu ao tema escola pública básica, à universidade pública e a formação e organização dos professores e demais trabalhadores da educação. Todavia, o leitor perceberá que não se trata de qualquer escola e conhecimento nem de qualquer universidade e professores.

O desafio educacional para romper com as estruturas de nossa sociedade e construir a possibilidade da revolução socialista tem como condição básica vincular o processo de conhecimento científico e cultural da escola básica e da universidade à luta da classe trabalhadora, o que pressupõe um professor que tenha ou construa esse vínculo de classe. O conjunto dos textos é vincado no duplo movimento: a crítica à negação do projeto societário e de educação da burguesia brasileira e a luta por um novo projeto societário e de educação vincado nos interesses da classe trabalhadora da cidade e do campo. O leitor perceberá que no primeiro texto — *Profissão de fé* — o autor estabelece o eixo deste duplo movimento.

Destaco a parte final deste texto por três razões: primeiro, as análises efetivadas situam-se num contexto de ampla mobilização da sociedade para afirmação da democracia e retomada das reformas estruturais; segundo, porque ciente do tipo de relação de dominação, reiterada historicamente, da classe burguesa brasileira e pelos limites objetivos da classe trabalhadora, aponta-se que, se esta ruptura não for feita, o futuro será a “fragmentação interna”; e, por fim, como o que se efetivou após o golpe de Estado de 2016 materializa uma brutal fragmentação da sociedade brasileira, nos fica a interpelação que nos interpela para o renascer das cinzas.

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores. (FLORESTAN, 2020, p.29).

Ao tratar, nos textos, da escola do conhecimento, da universidade, do aluno e do professor, do financiamento, da greve etc., Florestan qualifica porque não basta educar “para um mundo em mudança”, pois isto se situa na ordem da dominação reformista que muda para conservar. O que se necessita é da “educação autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores” (FERNANDES, 2020, p. 29).

O conhecimento que corresponde a esta ruptura tem que ser rigoroso, científico, crítico, mas não será neutro. A cientificidade se expressa na busca de como os fatos, fenômenos sociais e a própria natureza se produzem. A não neutralidade se explicita ao desvelar como se produzem as relações sociais sob o capitalismo mediadas por processos de exploração e dominação. Portanto, seu vínculo se dará na perspectiva da luta e do interesse da classe trabalhadora. Nos vários textos que tratam da escola, o autor enfatiza a importância de despertar no estudante o interesse de ir além do conteúdo prescrito e desenvolver uma visão crítica da realidade. “A escola não é apenas uma fonte de instrução, é uma fonte de socialização e do despertar da consciência do ‘eu’ da pessoa da dimensão política” (FERNANDES, 2002, p. 231).

Neste ponto há um aspecto central que se refere à formação do professor e de sua postura no processo de ensino. Seguindo a herança de Marx, Engels e de outros anteriormente referidos, Florestan sublinha que a escola que interessa à classe trabalhadora desperta a dimensão da política, mas é no partido, no sindicato, nos movimentos sociais e populares, na luta concreta, portanto, que se adquire a consciência política de pertencimento de classe.

Referindo-se Marx, retoma a questão: “quem educa o educador”? Educa para a tarefa de desenvolver conhecimento e espírito científico e, concomitantemente, despertar a dimensão política sem ser doutrinário? Isto ele trata na segunda parte da coletânea — *O professor e a transformação do concreto*. Não por acaso, os dois primeiros textos são os mais longos. O primeiro, que trata da formação política e do trabalho do professor e, o segundo, uma entrevista sobre a Faculdade de Filosofia antes de 1964 e a de depois do exílio. Todavia, essa questão aparece em outros textos da primeira parte, que trata mais dos embates dos educadores no processo de democratização pós-ditadura, processo constituinte, da produção da (Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Plano Nacional de Educação (PNE).

O perfil deste professor tem como mediação uma formação certamente científica na Educação Básica e na universidade, mas insuficiente se a universidade não se vincula às questões concretas da sociedade. Para Florestan a universidade fica no seu ponto mais pobre, caso se limite a formar técnicos ou especialistas competentes. Ela deve desenvolver o pensamento inventivo e crítico para não formar simplesmente agentes que reproduzem a ordem vigente. “O que se faz na universidade, se não tiver significado para os processos de mudança da sociedade brasileira, é coisa morta” (FERNANDES, 2005, p. 291). Por isso que a dimensão crucial do professor perante o que ensina é a sua condição de cidadão, da compreensão que ele tem dos problemas da sociedade e de seu engajamento em sua transformação.

Entretanto, o principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária (FERNANDES, 2015, p. 248).

Neste ponto o leitor pode se perguntar onde estão os indícios de formação deste professor? Florestan responde que, como instituição, a universidade brasileira ainda não deu o giro sobre a sua pele. Isto é, não está engajada na transformação das estruturas que reproduzem a brutalidade de nossa sociedade. Com isto não nega que existam espaços de disputa no interior da universidade, onde grupos a vinculam aos problemas reais da sociedade e às lutas da classe trabalhadora. Ele mesmo é um exemplo disto.



Nessa unidade diversa do professor formado cientificamente, que o torne criativo, curioso, investigativo e cientificamente cidadão consciente, vinculado aos problemas reais da sociedade, situa-se a disputa da sala de aula contra a burocratização, a robotização e a reprodução dos interesses dominantes. Disto decorre sua ênfase nesta disputa: “A educação é quase sempre escamoteada, e eu teria a coragem de dizer que ela é o problema mais grave do Brasil” (FERNANDES, 2005, p. 197).

O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), na minha análise, de forma clara e consciente, entendeu que a disputa da sala de aula, seu vínculo com os problemas sociais reais da sociedade e a formação do professor cientista curioso e cidadão crítico eram condição fundamental para a sua luta. Não por coincidência fundou, com o trabalho coletivo, a escola Florestan Fernandes. Também entendeu que para dar o giro na pele da escola dos camponeses era preciso dar um giro por dentro nas universidades. Certamente não sem contradições, mas as licenciaturas do campo situam-se na perspectiva de formar o cientista e o cidadão intelectual militante. Além disso, um espaço para a universidade, como instituição, sair do seu umbigo e vincular-se aos problemas da sociedade. Os movimentos sociais do campo, em especial o MST, entenderam que as reformas estruturais dentro da ordem burguesa contra esta ordem são uma contingência dada pelas relações de força, mas que o horizonte é a construção de uma sociedade socialista.

Por fim, a nova edição de *O desafio educacional* surge na sociedade brasileira num momento de profunda regressão social e da educação. Suas análises sobre a força de dominação e de violência da classe burguesa brasileira, seu caráter heteronômico e contrarrevolucionário ganha atualidade.

O golpe de Estado consumado em agosto de 2016 que efetivou o impedimento do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff sintetiza o processo de dismantelamento de direitos, de fragmentação interna do país e políticas marcadas pelo ódio, cuja profundidade dos seus efeitos nem a acuidade de Florestan poderia prever. Desse modo, as contrarreformas protagonizadas por este golpe de Estado explicitam a reiteração da estratégia

contrarrevolucionária que nos acompanha em nossa história, como sublinha Florestan Fernandes. Uma violência sem precedentes contra a classe trabalhadora, a esfera pública e, em particular, a educação e a saúde.

Mas deste desvario veio o pior. A estratégia da burguesia brasileira, com o apoio parlamentar, jurídico, militar e midiático, de demonizar o Partido dos Trabalhadores e suas políticas de distribuição e transferência de renda, ainda que limitadas, e a discordância com a estratégia de uma aliança geopolítica na América Latina e a formação de um bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICs) acabou elegendo em 2019 forças políticas de extrema direita que governam pela pedagogia do ódio e para uma plutocracia que as sustenta.

A cultura política fundamentalista do gabinete do ódio, como vem sendo denominado o núcleo ideológico e metafísico do governo, antes mesmo da postura psicopata, neofascista e genocida diante da pandemia da Covid-19, mostra a que insanidade estamos submetidos. As gerações do presente e do futuro terão a pandemia da Covid-19 como a Guerra Mundial da primeira metade do século XXI. E a história lhes dirá que tivemos um Presidente da República de raciocínio binário que, em sua ignorância, sem precedentes em um presidente do Brasil, desdenhava da pesquisa científica, dos cientistas do mundo inteiro, expondo milhares de vidas que poderiam ser salvas se seguissemos à risca as recomendações do isolamento social.

No campo da educação, este bloco de poder tem como foco a anulação e a eliminação exatamente do que esta obra reflete em termos de construção crítica e de avanços pós-ditadura empresarial militar. Confrontar e eliminar o que denominam de *marxismo cultural* tem sido a política explícita no gabinete do ódio do qual faz parte o Ministério da Educação. O que pretendem é exatamente anular na sala de aula a relação entre conhecimento científico crítico e a socialização para a autonomia e o despertar para a política. O foco para anular esta relação e tirar do professor cidadão crítico e socialmente militante a sua autonomia.

Todavia, o conjunto de sua obra nos lega uma compreensão não fatalista da história, pois quem a move são os homens e mulheres em luta. “A

história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os círculos da história” (FERNANDES, 1977, p. 5). E nesta obra, referindo-se às ditaduras, indica que elas não são eternas, pois caso contrário não haveria história.

O círculo que se fecha em sua gravidade não tem precedência. Mas não será para sempre. Para renascer das cinzas vale o horizonte que Florestan nos deixou no texto *Profissão de Fé*, acima citado, e que coloca o trabalhador produtivo, a classe trabalhadora, os excluídos do campo e da cidade como os sujeitos desta mudança. A educação tem um papel fundamental, mas para isso tem que romper com as fórmulas do passado e que se reduzem à concepção abstrata da educação para “um mundo em mudança”. A educação que abre perspectivas para o futuro de uma sociedade sem classes é a que se constitui em “meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores” (FERNANDES, 2005, p. 29).

Florestan Fernandes: Presente!  
Antonio Gramsci: Presente!  
Hoje, 83 anos de sua morte.  
Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020

## Referências

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Os círculos da história**. São Paulo: Hucitec, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Depoimento. Estudos avançados**, v.8, n.22. São Paulo, set./dez. 1994.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.